

Contingenciamento, se ocorrer, será pequeno

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

No cálculo que estava sendo concluído ontem pela equipe econômica, o contingenciamento das dotações orçamentárias deste ano, se ocorrer, será residual, informou uma fonte do governo. "Pode ser que não seja preciso contingenciar nada", ponderou a fonte.

Os técnicos da equipe estão avaliando a frustração de algumas receitas previstas no Orçamento, como aquela decorrente da medida provisória que alterou a tributação dos fundos exclusivos de investimento. A receita esperada era de R\$ 6 bilhões.

Outra frustração decorre da não aprovação do projeto de lei que promove a reoneração da folha de pagamento de vários setores da economia. O Tesouro esperava uma arrecadação adicional de R\$ 8,3 bilhões.

Os técnicos ainda não sabem se a nova estimativa da arrecadação, decorrente do maior crescimento econômico, será suficiente para

compensar as frustrações que também ocorrerão.

A despesa, por sua vez, será toda ajustada no corte que será feito das dotações orçamentárias para que elas fiquem dentro do teto de gasto. Essa redução será equivalente ao valor líquido entre o aumento dos gastos em função de medidas de ajuste fiscal não aprovadas e a reestimativa das despesas obrigatórias sujeitas ao teto.

No ano passado, o governo também reduziu as dotações orçamentárias, porque elas estavam maiores do que o teto de gastos. O corte foi de R\$ 4,695 bilhões e ocorreu porque o Orçamento de 2017 foi elaborado e aprovado com um teto de gasto calculado com base numa estimativa da despesa realizada em 2016. Ao aprovar a Emenda Constitucional 95, o Congresso mudou o conceito do teto para considerar o valor efetivamente pago em 2016.

Como existem dúvidas sobre a aprovação do projeto de lei que privatiza a Eletrobras, a fonte disse ao Valor que a alternativa do governo

seria, no processo de reavaliação de receitas e despesas que está realizando, simplesmente suprimir a receita de R\$ 12 bilhões. "Mas nós achamos que o projeto será aprovado", disse. "Queremos apenas ser cautelosos e não autorizar despesas que ainda não possuem receitas garantidas", explicou. "Por isso, optamos por criar uma reserva de contingência."

Assim, a reserva de contingência só será utilizada para custear despesas se o projeto for aprovado. Ela ficará, portanto, apartada do restante do Orçamento. Um procedimento semelhante foi adotado em 2016, com a criação também de uma reserva de contingência.

Ontem, ao participar de um evento do Credit Suisse, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a decisão sobre a necessidade, ou não, de contingenciamento, e qual seria o valor, será tomada até sexta-feira. (Colaboraram Arícia Martins e Luciano Máximo, de São Paulo)

Estudo do Iedi propõe separação entre o banco e o Tesouro

Por Ana Conceição | De São Paulo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) precisa retomar o papel de fomentar o investimento no país e, para isso, deveria encerrar sua relação com o Tesouro Nacional, diz estudo encomendado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

A separação diminuiria a interferência política do governo federal e reforçaria a vocação original do banco, que vive, segundo o autor do estudo, o economista Ernani Teixeira, professor da UFRJ e ex-superintendente do BNDES, seu momento de maior fragilidade em mais de 60 anos de existência.

A separação se daria por meio da liquidação do passivo do BNDES com o Tesouro, hoje em cerca de R\$ 400 bilhões, via transferência para a União de créditos originados pelos recursos repassados pelo governo federal.

"É uma forma de separar o banco do Orçamento federal. O banco se livraria dessa relação com o Tesouro e voltaria a ter seu funding nos

recursos do FAT. Eventualmente, poderia ir ao mercado", afirma Julio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Iedi. A transferência dos créditos à União faria com que o BNDES voltasse a ser uma instituição exclusivamente voltada ao financiamento do investimento, diz.

A liquidação do passivo seria feita em até 20 anos. A medida, diz Almeida, não afetaria o cumprimento da "regra de ouro", nem teria impacto na capacidade de empréstimo do BNDES. A principal vantagem seria reduzir a interferência financeira e política no banco.

A base dessa ideia foi defendida há cerca de um ano, depois do debate sobre a Taxa de Longo Prazo (TLP), pelo especialista em finanças públicas José Roberto Afonso, professor do Instituto de Direito Público (IDP) e pesquisador do Ibre-FGV. "Não se deve confundir funding permanente, o FAT, com extraordinário. Esse funding extraordinário foi usado para conceder crédito. Tudo foi emprestado, não ficou no caixa do BNDES. Logo, é melhor pagar o passivo com o mesmo ativo", afirmou.

Para Afonso, tem se sacado o

caixa do banco para pagar o Tesouro. "Saca do FAT para ir para o caixa único do Tesouro. Saca contra o futuro para pagar o passado", diz ele, que critica o que considera o uso do BNDES para fazer política fiscal no lugar de política de crédito.

Na proposta do Iedi, a gestão dos créditos transferidos à União poderia ser feita pelo BNDES ou pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), do governo federal. "A gestão da carteira transferida poderia ser feita pelo BNDES, que permaneceria como garantidor das operações".

O estudo faz parte de uma série sobre o banco que será divulgada ao longo do ano pelo Iedi. A ideia, segundo Almeida, é propor medidas e fomentar o debate para aperfeiçoar as funções do banco, instituição que, segundo Teixeira, atravessa "um choque de grandes proporções" provocado pela queda na demanda por crédito por conta da recessão, recuo das taxas de juros, criação da TLP, devolução de recursos ao Tesouro Nacional e abalo na reputação, na medida em que esteve envolvido em investigações sobre financiamento ilegal de políticos por meio de grandes empresas.

Mudanças em busca de votos

Governo admite fazer concessões. Regra de servidor e limite para benefícios estariam em jogo

MARCELLO CORRÊA,
GERALDA DOCA,
RENNAN SETTI E MARCO
GRILLO

RIO, BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO VERDE (GO) - No momento em que o Planalto retoma fortemente as negociações para obter os 50 votos que faltam para aprovar a reforma da Previdência na Câmara, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, admitiu, ontem, que o governo pode fazer novas concessões na proposta para garantir a aprovação. Segundo ele, uma das possibilidades é negociar regras mais brandas para servidores públicos que ingressaram no funcionalismo antes de 2003. Também estariam em negociação, segundo fontes, regras especiais para agentes penitenciários e elevação do limite para acúmulo de benefícios. O Executivo precisa de 308 votos.

— Há uma discussão para que se aplique uma regra diferente para quem entrou antes de 2003. Não recebemos ainda uma proposta sobre isso. Não tem como avaliar qual é o impacto. Vamos avaliar, se ela agregar votos e não conflitar com os princípios da reforma, ok. Caso contrário, não vamos aceitar —

afirmou o ministro, durante o evento “E Agora, Brasil?”, promovido pelo GLOBO, no Rio. Oliveira comentou que a reforma enfrenta resistência de parlamentares ligados a grupos mais afetados, como os servidores públicos:

— Foram feitas propostas que atenderam a demandas legítimas do processo. Hoje, vejo pressões de grupos para tentar manter tratamentos privilegiados. O processo daqui para frente é muito pragmático. Podem ter alterações adicionais, mas que viabilizem a aprovação. O ministro chamou atenção para a necessidade da reforma, lembrando que, enquanto as contas públicas fecharam 2017 com um déficit de R\$ 124,4 bilhões, a Previdência encerrou o ano com um rombo de R\$ 182,4 bilhões — levando em conta apenas o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), operado pelo INSS. Quando se considera o resultado da Previdência como um todo, incluindo o regime de aposentadoria de servidores e militares, o déficit chega a R\$ 268,7 bilhões.

Segundo fontes ligadas à Presidência, apesar da pressão de algumas categorias do funcionalismo para manter a integralidade e paridade para quem ingressou até 2003, o Planalto não pretende ceder, porque pode quebrar o discurso oficial de que a reforma vai unificar as regras entre servidores e

trabalhadores do setor privado. Um tratamento diferenciado, no entanto, pode ser dado a quem atua com segurança pública. Os agentes penitenciários poderão ter as mesmas regras de policiais federais e legislativos (idade mínima de 55 anos) e pensão integral para familiar em caso de morte em serviço.

MINISTÉRIO EM TROCA DE VOTOS

Outro ponto que pode ser considerado uma barganha é a criação do Ministério de Segurança Pública. A nova pasta é uma reivindicação de deputados da “bancada da bala” e servirá como moeda do governo em troca de votos pela aprovação da reforma. O deputado Alberto Fraga (DEM-DF), presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública, que soma mais de 300 integrantes, disse que “a bancada estará lutando pela criação do ministério porque o sistema de segurança é uma torre de Babel”. Nos bastidores, o governo avalia que, se a reforma não for aprovada na Câmara em fevereiro e concluída no Senado em março, a missão se tornará praticamente impossível.

Segundo um auxiliar do presidente Michel Temer, as próximas duas semanas serão decisivas, o que vai exigir um verdadeiro corpo a corpo com parlamentares no esforço por votos. Há, ainda, pressão para que o





governo mude o limite previsto para acumulação de benefícios (pensão e aposentadoria) na reforma de dois salários mínimos para o teto do INSS (R\$ 5.645). Mas o Planalto alerta que a proposta permite que a pessoa opte pelo benefício de maior valor, e isso significa que ele pode ser muito superior ao teto do INSS. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, reiterou que a fixação de idade mínima e a unificação dos regimes são itens sagrados da proposta.

O otimismo do governo em torno da aprovação da reforma não está em consonância com o discurso de parlamentares, inclusive os da base aliada, que estão preocupados com as eleições. Para os líderes do DEM, deputado Efraim Filho (PB), e do PSD, Marcos Montes (MG), as dificuldades aumentaram de dezembro, na última tentativa de pôr a matéria em votação, para cá. — Quanto mais o tempo passa, pior vai ficando — disse Montes. Efraim concorda: — O governo não tem votos e deveria assumir. Se puser para votar e perder, vai ser pior.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que, apesar de haver uma data, o governo não tem os votos: — A votação está marcada, mas precisamos de votos. A expectativa do governo é que o texto seja apreciado na Câmara em 20 de fevereiro. A previsão é que, na terça-feira, Maia inicie a discussão da emenda aglutinativa que contém o pacote de mudanças. Embora confirme fevereiro, o ministro da Fazenda, Henrique

Meirelles, admitiu que a contagem de votos é pouco precisa: — Estamos trabalhando nessa direção e temos confiança, porque é uma necessidade. Há diversas contagens. Hoje, ainda há muitos parlamentares em suas cidades, então, essa conta é muito imprecisa. Vamos saber exatamente no dia da votação.

REGRA DE OURO SOB RISCO EM 2019

Na conversa com O GLOBO, Dyogo Oliveira destacou ainda que a possível aprovação da reforma da Previdência neste ano ajuda, mas não garante o cumprimento da chamada regra de ouro em 2019. Prevista na Constituição, ela determina que o governo não pode se endividar para arcar com despesas correntes, como pessoal. O ministro confirmou que a devolução de R\$ 130 bilhões do BNDES ao Tesouro garantirá o cumprimento da regra este ano.

Já o presidente Michel Temer disse acreditar que a emenda constitucional do teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação, será revista antes do prazo de dez anos, graças à recuperação da economia. A norma, aprovada em 2016, estabelece que a medida tenha duração de 20 anos, podendo ser mudada na metade do tempo.

INSS AMPLIA APOSENTADORIA AUTOMÁTICA

O Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS) estima que, a partir de fevereiro, cerca de 200 mil segurados poderão dar entrada no pedido de aposentadoria sem precisar ir a um posto de atendimento. Neste universo, cinco mil segurados que estão aptos a conseguir a aposentadoria por tempo de contribuição — 35 anos de recolhimento, para homens, e 30, para mulheres — serão notificados por meio de carta nas próximas semanas. Os demais 195 mil, que podem se aposentar por idade, serão avisados ao longo do ano. Para autorizar o novo procedimento, o INSS publicará uma portaria mês que vem. Após ser notificado, o segurado deve entrar no portal meu.inss.gov.br, no qual poderá conferir o tempo de contribuição, a média salarial calculada e o valor final do benefício.

É preciso também aceitar ou não a aposentadoria. Aqueles que quiserem poderão continuar contribuindo e se aposentar mais para frente. Todo esse processo também estará disponível pelo canal telefônico 135. No ano passado, o INSS decidiu facilitar a concessão da aposentadoria por idade — para trabalhadores com, no mínimo, 180 meses de contribuição e idade de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Mas os contribuintes recebiam a notificação em casa e tinham que ir a uma agência da Previdência Social para dar entrada no requerimento. Agora, o processo é eletrônico. As novas regras do INSS não valerão para segurados especiais, como agricultor familiar, pescador artesanal e indígena. (Bruno Dutra)

Reajuste do mínimo abaixo da inflação gera economia de R\$ 7 bi

MARIANA CARNEIRO e
MAELI PRADO - DE BRASÍLIA

Técnicos do governo calculam que o reajuste do salário mínimo deste ano, abaixo da inflação, vai gerar uma economia maior do que o inicialmente esperado e pode chegar a R\$ 7 bilhões.

O salário mínimo sancionado pelo presidente Michel Temer (R\$ 954) ficou abaixo do que previsto no Orçamento: R\$ 965. A diferença de apenas R\$ 11 gerará, neste ano, uma redução com despesas obrigatórias, como aposentadorias, seguro desemprego, abono.

Esse é um dos fatores que permitirá ao governo bloquear uma parcela menor do seu Orçamento em 2018.0 Ministério do Planejamento pretende apresentar a revisão do Orçamento até sexta-feira (2).

O congelamento é alvo de discussão na equipe econômica, que avalia desde não bloquear nada até um con-tingenciamento inicial de até R\$ 3 bilhões. No ano passado, o primeiro bloqueio de recursos do

Orçamento foi de R\$ 42 bilhões e, à época, che-gou-se a ventilar um aumento de impostos para fazer frente à meta de déficit fiscal (então de R\$ 139 bilhões).

A contenção de gastos no ano passado foi tão intensa que as despesas obrigatórias ficaram R\$ 15 bilhões abaixo do previsto, e a projeção é justamente o parâmetro para o Orçamento deste ano.

Além disso, o forte corte nas despesas não obrigatórias permitiu que o governo gastasse R\$ 50 bilhões a menos do que o limite do teto de gastos em 2017.

Como no Orçamento deste ano as despesas previstas estão no teto, haveria um espaço a ser preenchido com mais gastos sem que a norma seja descumprida. Em outras palavras, o teto não é alvo de preocupação e o governo prevê gastar menos do que o limite neste ano, assim como ocorreu em 2017.

RECEITAS

O ponto de dúvidas em 2018 é a

receita. Pelas contas do Ministério da Fazenda, a recuperação da economia está ajudando a arrecadação. Porém, a não aprovação de medidas como a tributação dos fundos de investimento fechados e a reoneração da folha de pagamentos poderão gerar uma perda de R\$ 14 bilhões nas receitas.

Esse é um dos motivos que leva a equipe econômica a considerar o bloqueio no Orçamento. Além disso, técnicos estudam condicionar R\$ 12 bilhões em despesas à privatização da Eletrobras. A venda de ações da companhia em um aumento de capital está na previsão orçamentária e, caso não se concretize, a ideia é cortar despesas na mesma proporção.

Caso haja um contingenciamento, deverá passar de R\$ 15 bilhões. Também será anunciado nos próximos dias o cancelamento de R\$ 5 bilhões a R\$ 8 bilhões em despesas para adequar os gastos ao Orçamento aprovado.

Para cumprir teto de gastos, governo terá de cancelar despesas de até R\$ 8 bi

Contas públicas. Movimento é efeito direto da regra aprovada em 2016 que limita o crescimento das despesas federais à variação da inflação; no Orçamento deste ano, governo contava com receitas de medidas que acabaram não sendo aprovadas no Congresso

Adriana Fernandes

No segundo ano em vigor do teto de gastos – que limita o crescimento das despesas federais à variação da inflação –, o governo será obrigado a cancelar até R\$ 8 bilhões em despesas do Orçamento para cumprir a regra.

O cancelamento é uma medida mais forte que o tradicional contingenciamento orçamentário, uma espécie de bloqueio, que pode ser revisto ao longo do ano em caso de melhora da arrecadação ou de redução da previsão de despesas.

Essa medida, que deve ser anunciada pela equipe econômica até a sexta-feira, já reflete de forma clara uma mudança cultural na gestão do Orçamento provocada pela regra do teto de gastos. Antes da nova regra, não havia a necessidade de cancelamento.

Agora, o governo tem de fazer escolhas e cancelar despesas toda vez que o gasto total estiver acima do teto fixado na lei orçamentária. O limite para o crescimento de

gastos da União é uma das principais medidas econômicas do governo Michel Temer. Ao colocar freio nas despesas, o Estado sinaliza que tem compromisso com a saúde das finanças públicas, para preservar a confiança de investidores.

Pela regra, o crescimento do gasto anual é limitado ao IPCA acumulado em 12 meses até junho do ano anterior. Nesse período, a variação foi de 3%. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o cancelamento deve ficar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões. O corte será necessário porque o governo não conseguiu implementar medidas como o adiamento do reajuste dos servidores e o fim do benefício de desoneração da folha de pagamento das empresas.

A reoneração sofreu resistências no Congresso e o adiamento do reajuste foi suspenso pelo STF. As áreas para o cancelamento estão sendo definidas. A princípio, os setores mais propícios a cortes são aqueles cuja despesa não é obrigatória, como investimentos.

Mas o cancelamento poderá ser feito até nas despesas obrigatórias – que representam mais de 90% do Orçamento –, com a redução da previsão de gastos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), responsável por bancar o pagamento de seguro-desemprego

e abono salarial, e de benefícios previdenciários que estão, segundo as fontes, superestimadas.

Além de cancelar despesas, o governo vai bloquear no Orçamento a previsão de cerca de R\$ 12 bilhões de receitas com a privatização da Eletrobrás. Trata-se de uma medida preventiva, já que a venda ainda passa por negociação no Congresso. Por último, o governo, num terceiro movimento, avalia o contingenciamento efetivo das despesas discricionárias (as não obrigatórias).

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, adiantou que é possível não haver o contingenciamento ou que, se ocorrer, será pequeno. Fontes informaram que o corte pode ficar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 4 bilhões. Mas, de acordo com o economista-chefe da corretora Tullet Prebon, Fernando Montero, o governo não deve precisar fazer contingenciamento.

Pelos seus cálculos, as despesas obrigatórias devem subir R\$ 17 bilhões a menos do que o orçado. A restrição orçamentária com esses três movimentos ficará “um pouco abaixo ou um pouco acima” de R\$ 20 bilhões neste início do ano, o que exige, segundo um integrante da equipe econômica, uma postura de muita cautela.

Dificuldades à frente

ANTONIO TEMÓTEO

O Banco Central (BC) não deve contar com a boa vontade do Congresso Nacional, como no ano passado, quando uma série de propostas de interesse da autoridade monetária recebeu o aval dos parlamentares. Ontem, o presidente da autarquia, Ilan Goldfajn, se reuniu com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, a fim de sinalizar quais são os projetos de lei mais importantes para reduzir o custo de crédito ou aperfeiçoar a legislação vigente que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Entre eles estão o que cria a duplicata eletrônica, o que altera as regras para adesão ao cadastro positivo, o que define os depósitos voluntários e o que revisa o modelo de relacionamento do BC com o Tesouro. As medidas em debate têm potencial para reduzir o custo dos financiamentos ou alterar jabuticabas históricas, mas não devem ser apreciadas com rapidez. Segundo Marun, a prioridade do governo é a aprovação da reforma da Previdência. A votação do texto que altera as normas para concessão de benefícios do Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS) está marcada para 19 de fevereiro. “Comuniquei que, no mês de fevereiro, a nossa pauta é a reforma da Previdência. E que essas questões seriam priorizadas apenas após a aprovação da reforma”, explicou o chefe da articulação política do Executivo.

Juros

As chances de a proposta receber o aval dos parlamentares são pequenas, o que abriria espaço para que os temas de interesse do BC fossem votados. Entretanto, em ano de eleição, a tendência é que as sessões da Câmara e do Senado fiquem esvaziadas. Mais interessados em garantir a reeleição, deputados e senadores passarão cada vez mais tempo nos estados de origem, fazendo campanha e tentando convencer eleitores de que merecem representá-los em Brasília.

Ao BC restará a missão de tentar manter a inflação sob controle e os juros no menor patamar da história. Na próxima semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve reduzir a taxa em 0,25 ponto percentual, para 6,75%, um novo recorde. Essa deve ser a última boa notícia que a autoridade monetária

dará para a população em 2018.

Piada pronta

» Investigada pela Justiça por diversas irregularidades cometidas por parte dos acionistas e dos executivos, a JBS teve avaliação acima da média em estudo elaborado pela organização não governamental Transparência Internacional. Entre as 100 maiores empresas brasileiras e os 10 maiores bancos, a companhia de processamento de alimentos teve nota 8,1, enquanto que a média foi de 5,7.

Tal pai, tal filho

» Enquanto os pais cumprem pena em presídios de Curitiba, Rio de Janeiro e de Brasília, filhos de condenados na Operação Lava-Jato têm desfrutado do dinheiro público roubado sem a menor vergonha. Um deles foi visto circulando por Lisboa e por Paris, e, sem qualquer constrangimento, tirou fotos na companhia da namorada em pontos turísticos e se hospedou nos hotéis mais luxuosos das capitais portuguesa e francesa.

Vai que cola

» Em busca de pontos nas pesquisas de intenção de votos para





consolidar sua candidatura ao Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, concede entrevista às 8h de hoje à Rádio Verdes Mares, de Fortaleza (CE). O chefe da equipe econômica tenta a qualquer custo ganhar a simpatia dos eleitores de todo o país e quer conquistar parte dos nordestinos que votariam no ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Guerra nos tribunais

» Em nota, o Ministério do Planejamento informou que o governo não desistiu de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a liminar que suspende os efeitos da Medida Provisória nº 805, que adia para 2019 o reajuste salarial de algumas categorias de servidores públicos. Entretanto, a pasta esclarece que, como a liminar está em vigor, há a obrigação legal de considerar essa despesa nas projeções de 2018 até que haja a decisão definitiva do STF sobre o tema.



Ministro diz que corte será anunciado até sexta-feira | ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Orçamento 2018. Corte é inevitável, diz ministro

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse ontem que o contingenciamento no Orçamento de 2018 é inevitável, porque as despesas do governo estão extrapolando o teto de gastos depois que as medidas de economia não foram aprovadas pelo Congresso.

“Nós teremos que fazer um corte das despesas para adequar ao teto dos gastos, porque principalmente a questão do reajuste dos servidores e a desoneração da folha impactam o lado da despesa”, disse o ministro.

Questionado sobre o valor do congelamento de gastos que será necessário para cumprir a meta fiscal deste ano, de rombo primário de R\$ 159

bilhões, o ministro afirmou que os cálculos ainda estão sendo feitos e serão divulgados até o fim desta semana.

O governo enviou ao Congresso medidas para poupar R\$ 7,4 bilhões em 2018, como R\$ 4,4 bilhões com a postergação de reajuste do funcionalismo público. Na frente das receitas, as medidas que não foram votadas pelos parlamentares somam outros R\$ 14 bilhões, como a mudança na tributação de fundos fechados, que poderia gerar R\$ 6 bilhões.

Segundo Oliveira, o maior crescimento esperado para a economia este ano compensará parcialmente as medidas que não receberam o aval dos parlamentares. **METRO**